

COOPERA

RECURSOS SILVESTRES



Cooperar nos recursos silvestres

“COOPERA_RS” – Rede para a promoção da cooperação, qualificação e competitividade do território associado ao Prover dos Recursos Silvestres.

O projeto Coopera_RS, é um projeto âncora da Estratégia de Eficiência Coletiva “Valorização dos recursos silvestres do Alentejo” e pretende criar uma rede para a promoção da cooperação, qualificação e competitividade nas fileiras dos recursos silvestres (medronho, figueira da índia, cogumelos, plantas aromáticas e medicinais, apicultura, caça e pesca de rio). Esta rede pretende envolver produtores, empreendedores, associações, entidades de investigação e autarquias do território do Baixo Alentejo, na resolução dos constrangimentos existentes, mas principalmente na valorização destas fileiras e do território.

OBJETIVOS

– Promover **soluções de cooperação** entre os diversos intervenientes da Estratégia e assegurar as condições necessárias para que os recursos silvestres e produtos associados possam constituir uma base motora para o **desenvolvimento económico e empregabilidade da região de intervenção**, envolvendo na equação os **Municípios e os GAL, em conjunto com o tecido empresarial**;

– Promover a **estabilização, sustentabilidade, competitividade e profissionalização**

das fileiras associadas ao foco temático da EEC, consolidando os investimentos realizados na EEC anterior;

– Estimular a **criação de valor em toda a fileira, por via da qualificação** dos diferentes intervenientes.

ATIVIDADES

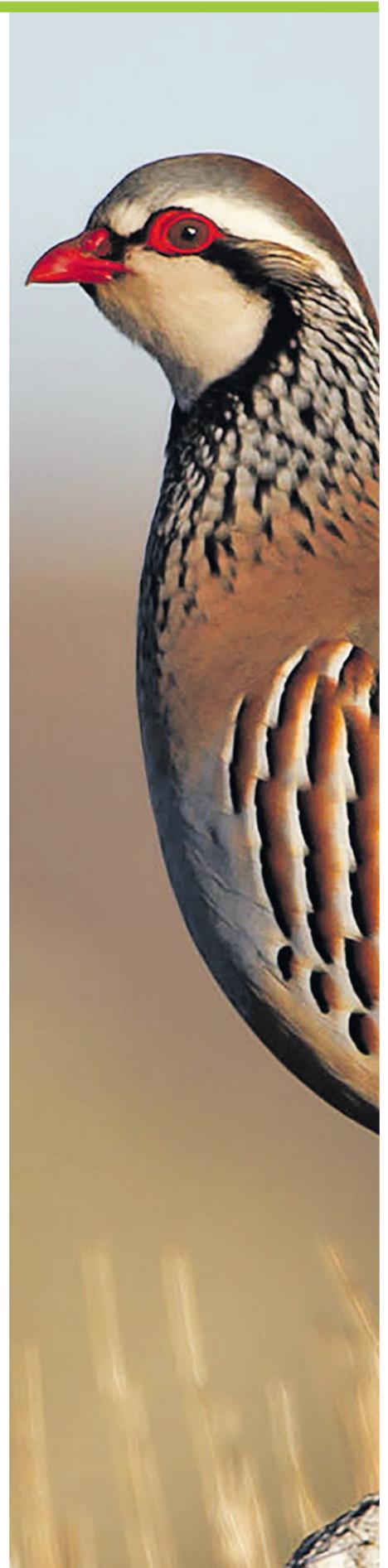
i.) Mapeamento de recursos logísticos potencialmente partilháveis;

ii.) Estudo de soluções de cooperação ao nível da partilha de recursos;

iii.) Ações de sensibilização para os fatores críticos de competitividade, identificados por fileira e Ações de capacitação/qualificação para os fatores críticos de competitividade, transversais e comuns;

iv.) Levantamento de ideias inovadoras em torno da produção/transformação/recriação de produtos à base dos recursos silvestres e sistematização das mesmas numa Bolsa de Ideias de Negócios;

v.) Mapeamento de soluções de financiamento alternativas, adequadas à criação de valor a partir dos recursos silvestres.



Promotores



Cofinanciado por:



A Fileira da Caça

Historicamente a caça é uma atividade com expressão social e cultural relevante em muitas regiões de Portugal, como é claramente o caso da região do Alentejo, aportando contributos significativos para a sua dinamização económica. Para além destas dimensões, e tal como é expressamente assumido no quadro legal aplicável, a caça constitui também uma atividade essencial para a gestão dos recursos cinegéticos, assumindo um papel fundamental na conservação e fomento desses recursos e na promoção da biodiversidade.

Atualmente, o território nacional encontra-se praticamente todo abrangido pelo regime de caça ordenado – aproximadamente sete milhões de hectares e 5.100 zonas de caça classificadas. A região do Alentejo assume-se como o território com maior oferta de zonas de caça ao acolher 50% do total nacional e 75% das zonas de caça turísticas, zonas de caça que pela sua natureza têm por objetivo a exploração económica dos recursos cinegéticos. Esta caracteriza-se ainda por apresentar um potencial cinegético apreciável, patente na disponibilidade de uma significativa diversidade de espécies com interesse para a prática da caça menor (e.g., perdiz vermelha, tordo comum, coelho bravo, pombo torcaz) e da caça maior (e.g., javali, veado, gamo, corço).

Relativamente ao número de caçadores, refira-se a tendência regressiva observada nos últimos anos, contudo vários agentes da fileira consideram que a diminuição do número de caçadores corresponde a um ajustamento com vantagens para a sustentabilidade futura da atividade, reduzindo a pressão sobre as espécies cinegéticas e permitindo uma gestão

sustentada adequada. Ao nível da procura da caça, estes agentes consideram que a verdadeira ameaça reside no acentuado envelhecimento dos titulares de carta de caçador.

Quanto aproveitamento económico da caça, este passa essencialmente pelo exercício da caça. Contudo, é consensualmente aceite que o turismo cinegético, em particular com origem em mercados internacionais, pode aportar um forte contributo para a sua valorização económica e para o fortalecimento das economias locais, em resultado da quantidade e diversidade de consumos diretos e indiretos efetuados pelos turistas cinegéticos aquando da prática venatória. Existem ainda diferentes atividades com potencial de valorização económica dos recursos cinegéticos, embora com pouca expressão, tais como: a transformação de carne de caça, a criação em cativeiro de espécies cinegéticas, a instalação e exploração de campos de treino de caça e a criação e treino de cães de caça.

No que se refere ao potencial de valorização da carne de caça, este está ainda largamente por explorar/estruturar, resultado em grande medida do défice de estabelecimentos capacitados para o processamento de carne caça e do próprio quadro legal aplicável, fatores que se têm constituído como entraves estruturais, levando a que a quase totalidade das peças de caça seja comercializada em bruto e a preços muito reduzidos para fora do país. Apesar de se tratar de uma questão antiga e reconhecida por todos os stakeholders da fileira, constata-se que subsiste bastante indefinição ao nível da forma como a mesma poderá ser ultrapassada.

Importa ainda referir que a caça, suportada a montante por modelos e práticas de gestão cinegética sustentável e promotora da sanidade dos efetivos populacionais, poderá ver o seu valor económico majorado se enquadrada enquanto atividade prestadora de serviços de ecossistema. Tal enquadramento justifica-se plenamente em função do seu contributo na gestão das populações da fauna silvestre, concorrendo para o equilíbrio dos ecossistemas, para a promoção da biodiversidade e para uma ocupação territorial que potencia a redução da incidência de incêndios florestais. Apesar do indiscutível potencial da fileira da caça são ainda vários os desafios a ultrapassar para que o seu valor económico se concretize. Os recursos, cinegéticos e outros, estão em grande medida disponíveis no território, pelo que os desafios se concentram na sua gestão sustentada e na sua mobilização para o desenvolvimento das atividades a montante e a jusante do exercício da caça, com vista à criação e retenção de valor.

É assim evidente a necessidade de se continuar a aprofundar o esforço de robustecimento e qualificação das capacidades de gestão cinegética empreendido nos últimos anos, estimulando a sua crescente profissionalização e incorporação de conhecimento técnico-científico e a adoção de conceitos como a caça adaptativa e sustentável.

A progressiva afirmação de uma perceção pública negativa sobre a atividade da caça em Portugal, frequentemente associada ao desconhecimento dos seus valores e das suas práticas, constitui também um forte constrangimento ao desenvolvimento da fileira, com

consequências ao nível da atração de novos praticantes e do rejuvenescimento do contingente de caçadores e, em termos mais latos, ao nível do próprio reconhecimento público dos seus contributos ambientais, económicos, sociais e culturais.

A perceção negativa/ desfavorável da caça radica fundamentalmente no facto da atividade cinegética implicar o abate de animais, o que muitos setores da sociedade contestam e condenam, desconhecendo que, com exceção do exercício furtivo da caça e da prática pouco ética e sem respeito por códigos de conduta por parte de alguns caçadores, a caça desempenha um importante papel na gestão da fauna silvestre, na preservação da biodiversidade e na mitigação da tendência de desertificação dos territórios interiores e rurais. A sua reversão exige uma intervenção de folgo e continuada no tempo e requer a agremiação dos vários agentes da fileira e o trabalho conjunto com entidades ligadas à preservação do ambiente e conservação da natureza, de modo a sensibilizar o público em geral sobre os benefícios que a atividade cinegética (quando suportada na gestão sustentada e no respeito pelos ecossistemas naturais) pode aportar à conservação da biodiversidade (e.g., o papel da atividade cinegética na reintrodução do lince ibérico) e à revitalização da economia no interior rural. E ainda a disseminação de conceitos relacionados com a prática cinegética, numa perspetiva ética e conservadora dos recursos naturais. Por fim e atendendo também à necessidade de estruturação e organização das atividades a jusante da atividade cinegética (e.g., a estruturação e promoção do produto turístico e a valorização da carne de caça), considera-se incontornável a necessidade de contruir e adotar modelos de cooperação entre os diferentes agentes da fileira da caça para a concretização do seu potencial de geração de valor.

Escola de Caça, Pesca e Natureza

A Escola de Caça, Pesca e Natureza (ECPN) é o mais recente projeto da Escola Profissional ALSUD. Corresponde a um período de maturidade de reflexão interna e junto dos stakeholders externos. Para este passo contribuíram os 28 anos de Escola Profissional, ao longo dos quais os cursos profissionais foram a atividade principal e central, sempre numa lógica de compromisso com o território de Mértola e com as suas especificidades.

Numa fase inicial da Escola Profissional ALSUD, a formação esteve associada ao património cultural com a formação em arqueologia, recuperação do património edificado, museografia, gestão do património, contribuindo assim para a especialização que fez de Mértola uma Vila Museu, hoje candidata a património da humanidade. Noutra fase, as opções formativas associaram-se à defesa do património natural com a formação em ges-

tão do ambiente, turismo ambiental e rural e, desde 2011, com o Curso Profissional de Gestão Cinegética. Esta formação é potenciada pelo facto de a ALSUD estar inserida em Parque Natural do Vale do Guadiana, onde confluem várias figuras jurídicas de proteção da natureza e coexistem, de forma complementar, a promoção de biodiversidade e as inúmeras zonas de caça (associativas, turísticas e a municipal). O sucesso do Curso Profissional de Gestão Cinegética deriva de uma frutuosa cooperação com os atores locais e da aposta do Município de Mértola, como Capital Nacional da Caça.

Neste novo projeto, a ALSUD prossegue um caminho de especialização inteligente, por um desenvolvimento integrado e sustentável, num território que, não estando de forma direta sob a alçada de modelos de desenvolvimento assente na agricultura intensiva, no



regadio ou na mineração, deve manter e inovar com base na sua matriz cultural (da caça, da pesca, da agricultura, pecuária e silvicultura sustentáveis) enquanto recursos potenciais de desenvolvimento.

Os objetivos passam pela valorização e

transferência de conhecimento visando uma melhor interpretação dos valores (naturais e patrimoniais) do território, práticas mais responsáveis e sua transformação em potencial de atratividade e de fixação de pessoas. Pretende-se que, qualquer um dos eixos de trabalho se desenvolva em duas frentes de trabalho: a educação/formação de recursos humanos e a prestação de serviços nas respetivas áreas (serviços técnicos, educativos: de educação ambiental, patrimonial ou tecnológica).

Os objetivos deste projeto são reforçados pelas parcerias e projetos emergentes que ganham expressão em Mértola à volta dos temas aglutinadores da Biodiversidade, da Agroecologia e dos Recursos Silvestres/ Cinegética que promovem modelos de desenvolvimento mais esclarecidos, seguros, saudáveis e mais inteligentes.

Território de Intervenção e Cofinanciamento



Boas Práticas: Zona de Caça Turística da Caiada

A Zona de Caça Turística da Herdade da Caiada, no concelho de Almodôvar, é reconhecida por uma gestão cinegética exemplar, baseada na caça a espécies silvestres, autóctones e migratórias monitorizadas, sem a incorporação de espécies de cativeiro. Como consequência, é de referir o equilíbrio na qualidade e quantidade das espécies que têm sido mantidas ao longo dos anos nesta propriedade, demonstrando que caça e conservação são compatíveis e desejáveis. Fomos entrevistar Fábio Raposo, gestor cinegético da Herdade da Caiada, para melhor percebermos esta realidade.

Considerando os desafios do território, quais os compromissos desta Herdade e da Zona de Caça com a sustentabilidade e que boas práticas podem ser referidas?

Apesar de ser um território pobre, ao nível de precipitação e de solo, revela uma grande biodiversidade, com a existência de várias espécies de caça, que tentamos potenciar com as boas práticas, gosto, empenho e vontade de todos os dias querer fazer bem a nossa tarefa, no sentido de melhoramento contínuo e sucessivo. Os nossos compromissos são, potenciar a caça sem interferir no ecossistema, preservando as várias espécies que nele habitam, tentando todos os anos ter um efetivo considerável de caça para que, ano após ano, consigamos aumentar o número das espécies existentes. Para isso é necessário ir gerindo o efetivo, organizando as caçadas, consoante a existência de caça que observamos no terreno, se são anos de melhor ou menor criação, ou se há doenças nas populações para mantermos e garantirmos, todos os anos o equilíbrio, tanto na quantidade como na qualidade.

Nesta herdade com cerca de 1600 hectares, fazem-se por ano, cerca de 400 hectares de sementeiras, na época de Outono/Inverno, em rotação, que serão depois ceifadas no fim da nidificação, de forma a aproveitar a palha para o gado e o grão para armazenar e distribuir na época em zonas de maior carência, disponibilizando assim alimento, por toda a área e nas diferentes épocas do ano. As manchas de mato estão distribuídas por toda a herdade, criando refúgio, proteção e sombra, para as espécies. A herdade dispõe de mais de 200 pontos de água, entre nascentes, pequenas charcas e barragens, com uma distância de 200/300 metros entre eles, não existindo bebedouros artificiais. Na época de verão, com a vegetação já seca, todos estes pontos são limpos em redor, para que a caça tenha melhor acesso à água e estes locais são vedados ao gado (somos nós a levar a água ao gado, através do transporte de um depósito com bebedouros, para os vários cercados onde pastam), de forma a não existir interferência na qualidade da água e criar ao redor das charcas uma distância de alguns metros da água com vegetação, que



funciona como refúgio e proteção para as espécies. Na época da nidificação, fixamos o gado nas mesmas cercas para evitar que se desloquem e assim destruir ninhos, as próprias aves com a presença do gado, procuram um sítio por perto mais sossegado para fazer o ninho sem a interferência deste, com isto temos uma tarefa mais trabalhosa, mas que se revela exemplar.

Na sua opinião, enquanto gestor cinegético, é possível conciliar a prática da caça com a biodiversidade? Pode dar exemplos?

Sim, é possível e é a realidade aqui nesta herdade, conseguimos criar uma harmonia entre as espécies, que não seja prejudicial para nenhuma. É claro que o nosso foco é a caça e direcionamos as nossas prioridades para a caça, pois é a nossa fonte de algum rendimento. No entanto ao potenciarmos a caça, a criamos melhores condições para a fauna cinegética, promovemos a existência de mais predadores e de outros animais, das aves, aos pequenos insetos e até uma simples formiga, que prontamente carrega e armazena o trigo que disponibilizamos para a caça. Algumas espécies de aves que não existiam na região foram aparecendo, têm vindo a expandir-se e hoje são facilmente observáveis, com alguma abundância e muita frequência, devido à quantidade de alimento e água que têm disponível devido ao nosso trabalho, pois fornecemos mais alimentos, mais água e melhores condições de sobrevivência para todos, ou seja: com a gestão que fazemos do campo, todas as espécies ficam a ganhar.

A Fileira do Cogumelo

A fileira do cogumelo assenta num recurso com múltiplas variedades que pode ser obtido através de sistemas abertos e de sistemas fechados de produção. Os sistemas abertos têm suporte nos ecossistemas florestais que geram cogumelos silvestres, de forma espontânea ou com utilização de técnicas específicas de silvicultura. Os sistemas fechados são dedicados ao cultivo/produção em larga escala de espécies selecionadas de cogumelos com base em ambientes controlados (e.g., estufas ou estruturas similares com condições abióticas e substratos controlados), dando origem aos cogumelos de cultura.

O cogumelo é um recurso que já dispõe de uma presença relativamente consolidada no mercado, continuando a apresentar uma curva crescente de procura e dispondo ainda de uma margem de crescimento significativa, prestando-se a um conjunto de utilizações relativamente diversificadas e já testadas a nível nacional e internacional. Para além da alimentação humana, onde é consumido através da confeção do produto em fresco e da forma de produtos com diferentes graus/tipos de transformação (cogumelos ultracongelados, em conserva, em pickles, secos ou desidratados, em pó ou em pasta, etc.), realça-se também a incorporação do cogumelo na indústria farmacêutica explorando as suas propriedades medicinais na prevenção/tratamento de doenças, como fonte de vitamina D e agente antioxidante.

A produção nacional de cogumelos de cultura está especialmente concentrada nas regiões Norte e Centro, baseando-se em lógicas empresariais industriais, com maior intensidade tecnológica e maior escala de produção, integradas em cadeias estruturadas de distribuição e comercialização de âmbito regional, nacional e internacional, o que resulta num elevado grau de competitividade. Contrariamente ao que sucede nas regiões referidas, não se identificam muitas unidades produtivas deste tipo na região do Alentejo. Em contraponto, a apanha de cogumelos silvestres é uma atividade com larga tradição na região do Alentejo, que se repete todos os anos, em diferentes estações conforme os vários locais em que se desenvolvem, o que representa, em grande parte dos casos, um complemento, quer na esfera alimentar, quer no contexto económico. Em termos de valor de mercado, destacam-se espécies como a silarca (*Amanita ponderosa*), a túbera (*Terfezia spp.* e *Choiromyces spp.*) e os boletos (*Boletus gr. edulis*).

Esta atividade é marcada pela informalidade, que historicamente tem caracterizado a sua exploração económica e não tem permi-

tido a afirmação de uma fileira estruturada e robusta, ficando sujeita a riscos no planos da sustentabilidade ambiental e da segurança alimentar. Os agentes que assumem um papel de destaque nesta etapa da cadeia de valor correspondem aos apanhadores/recolectores, os quais exercem sazonalmente essa atividade numa lógica de complemento de rendimentos. A menor consciencialização dos proprietários rurais para o potencial económico e ecológico dos cogumelos é um fator que condiciona o desenvolvimento da fileira, sendo a adoção de métodos de micossilvicultura com vista ao ordenamento e aumento do potencial micológico da região, uma prática muito pontual. O escoamento do produto da apanha é feito através de mercados supralocais e está muito dependente da intervenção de um pequeno número de agentes concentradores, com um forte poder negocial sobre os apanhadores, que promovem a entrada do produto no circuito económico formal e asseguram a sua entrega junto de empresas industriais e operadores de distribuição/comercialização.

Neste contexto é essencial reconhecer que qualquer perspectiva de desenvolvimento sustentado da fileira do cogumelo silvestre impõe a superação dos principais problemas estruturais que têm impedido a sua afirmação, relacionados com a sensibilização, mobilização e capacitação dos proprietários rurais (detentores da base produtiva da fileira) que devem ser parte ativa no seu processo de estruturação e valorização económica, com a regulação das atividades de apanha/recolhação, promovendo a formalização desta etapa da cadeia de valor da fileira e a sua qualificação e consequente capacidade de retenção de valor e com a estruturação de formas e circuitos de comercialização do produto, contribuindo para o aumento da confiança dos consumidores e um maior equilíbrio na distribuição de valor entre os diversos intervenientes na fileira.

As questões descritas implicam a existência de uma estratégia partilhada entre as diferentes partes interessadas e com relevância para o desenvolvimento da fileira, numa perspectiva de médio-longo prazo, recorrendo a modelos de organização coletiva que disponham de uma liderança capaz de implementar essa estratégia. Tendo por base experiências em curso há algum tempo noutros países, o caminho que falta percorrer poderá passar pela adoção de um sistema integrado que regule o conjunto de atividades da fileira, desde a produção até à comercialização, e esteja apoiado num modelo de certificação credível e com capacidade para sustentar o diferencial económico positivo.



Ana Banza e Catarina Afonso, as empreendedoras da Scóbis!

Como nasce este projeto e porquê?

O gosto pela agricultura que desde cedo nos foi inculcido pelas anteriores gerações de pais e avós, a vontade incondicional de diversificar a agricultura tradicional de sequeiro por uma agricultura mais inovadora e promover a criação de um novo negócio agrícola baseado na circularidade. Avaliámos o futuro da agricultura na sociedade como o rumo a seguir. Identificámos várias culturas, inovação em produtos e processos e as vantagens competitivas necessárias para que a empresa pudesse manter um crescimento sustentável a longo prazo. Analisámos também o estado atual do sistema ambiental, as mudanças de hábitos alimentares das gerações mais jovens. Todos estes fatores fizeram com que em 2013 surgisse a ideia de produzir cogumelos em Modo de Produção Biológica, para em 2017 se tornar uma realidade. A Herdade do Monte da Minhota, no concelho de Aljustrel, que até à data, só viu crescer projetos agrícolas de sequeiro, em 2017 foi o palco principal de um projeto bastante ambicioso, inovador e sustentável. Inaugurada em junho de 2017, a Scóbis especializou-se na produção, comercialização e distribuição de cogumelos biológicos, frescos, desidratados e em pó. Produzimos de forma inovadora e sustentável, a partir de substrato lenho-celulósico (serradura), cogumelos maravilhosos e de sabor inigualável. O princípio fundamental da nossa empresa, baseia-se na qualidade e na diferenciação dos produtos, com foco numa alimentação saudável. Fornecemos os cogumelos mais frescos, mais saudáveis, mais deliciosos e suculentos, 365 dias por ano.

Considerando os desafios climáticos e ambientais do território, bem como a Estratégia do Prado ao Prato, quais os compromissos da Scóbis com a sustentabilidade da empresa e da região?

Os desafios colocados pelas alterações climáticas têm vindo a ganhar peso na temática nacional e internacional e a consciência de que temos de caminhar para a sustentabilidade económica, social e ambiental também tem vindo a crescer. A Scóbis já nasceu com esta consciência. Temos como um dos nossos principais objetivos, causar o menor impacto ambiental possível no exercício da nossa atividade e ajudar a melhorar o espaço envolvente. O nosso modelo de negócio, aposta na reutilização, reciclagem e recuperação de materiais e equipamentos, aliviando, dessa forma, a pressão ambiental pela menor necessidade de extração de matéria-prima. O uso de lâmpadas leds, uso de energia renovável para autoconsumo (painéis fotovoltaicos), reutilização de materiais nomeadamente, papel, redução do uso de plástico, mudança para embalagens em papel. Para diminuir o desperdício e aumentar a vida útil dos cogumelos, desidratamos todo o excedente de produção. A serradura que é utilizada como base na produção de substrato é um subproduto da serração de madeira, depois de produzir cogumelos, o sobranço regressa à terra na forma de matéria orgânica decomposta. Esta é resultante da ação exercida pelo fungo, conseguindo assim, acrescentar valor às terras de cultivo de sequeiro, aliado a adubação natural dos animais que a pastoreiam. Os benefícios de uma economia circular são evidentes, na medida em que a reciclagem e a reutilização

de um produto permitem reduzir a extração da matéria-prima e, dessa forma, preservar os recursos naturais, mas também favorece a construção de um novo modelo económico mais eficiente e mais rentável. Em suma todos beneficiamos, e o ambiente agradece.

São um exemplo de empreendedorismo jovem e feminino numa região despovoada. Quais os constrangimentos que têm sentido neste início de atividade e que esforços foram realizados, para superar os mesmos?

O início focou-se muito na produção, “O Produzir bem!”. Garantir que produzíamos com a máxima qualidade e por ser um processo novo, foi todo desenvolvido por nós, através de muita formação, muita experimentação e muita pesquisa. Ultrapassada esta fase de instalação, as maiores dificuldades que sentimos, passam pelo acesso aos canais de comercialização e afirmação do nosso produto no mercado. A atual conjuntura económica, em consequência da pandemia Covid-19, veio agravar ainda mais o nosso grande constrangimento. Com o setor hoteleiro e da restauração em decréscimo e com a mudança de hábitos dos consumidores, têm influenciado negativamente o consumo. A juntar a esta, a dificultada gigante em alcançar novos clientes, principalmente nas grandes cadeias de distribuição, pois tornou-se muito complicado agendar reuniões com as pessoas com poder de decisão. Os constrangimentos fronteiriços e por vezes o encerramento de fronteiras, bem como as incertezas económicas e sociais, influenciaram negativamente os contactos que tínhamos iniciado em 2020 para possíveis exportações.

Cogumelos Silvestres ou Cogumelos de Produção?

Muitas pessoas só conhecem os cogumelos que encontram nas prateleiras do supermercado, produzidos em unidades industriais, mas na verdade, os cogumelos são a frutificação (estrutura reprodutora) de fungos que cumprem funções essenciais no ciclo biológico da Terra. Na natureza podemos encontrar diferentes tipos de fungos produtores de cogumelos, que é possível classificar em função da sua estratégia de nutrição. Os fungos decompositores (fungos sapróbios) obtêm o seu alimento a partir de matéria orgânica morta, como estrume, madeira, palha, etc. É o caso de diversas espécies de *Agaricus*, muito comuns no Alentejo em zonas de pasto e que podem facilmente ser produzidos industrialmente, com recurso a substratos compostos de resíduos vegetais e animais.

Outros fungos produtores de cogumelos estabelecem relações mutualistas com as plantas (fungos micorrízicos) formando micorrizas, que são estruturas formadas por hifas que envolvem as extremidades das raízes. Nesta relação simbiótica, as plantas alimentam o fungo com os hidratos de carbono e nutrientes necessários à sua sobrevivência, e o fungo fornece às plantas: água e elementos químicos (como o fósforo), protecção contra patogénicos e uma rede de comunicações entre raízes (wood wide web). É o caso da relação que se estabelece entre a silarca (*Amanita ponderosa*) e o sobreiro, a azinheira e a esteva, por exemplo. Existem ainda fungos parasitas, que apesar de provocarem diversas doenças ou até a morte de plantas e animais, têm um papel fundamental na biosfera sendo motores de evolução natural.

Na região do Alentejo é comum encontrar alguns cogumelos silvestres comestíveis produzidos por fungos mutualistas ou decompositores, sendo os primeiros mais apreciados, como é o caso da silarca, atrás referida, das túberas ou dos boletos. Aos nossos olhos, os cogumelos assemelham-se muito entre si, pelo que a colheita visando o consumo de cogumelos silvestres requer muito conhecimento e rigor na identificação.

Neste sentido, a produção de cogumelos surge como uma opção interessante para permitir ao consumidor a inclusão segura deste alimento delicioso e nutricionalmente muito interessante na alimentação. No Alentejo existem já unidades de produção de cogumelos, certificadas em modo de produção biológico.

Laboratório de Macromicologia na Universidade de Évora

No Laboratório de Macromicologia do MED (Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento) sediado na Universidade de Évora, desenvolvem-se atividades de investigação, ensino, divulgação e prestação de serviços centradas na temática dos fungos produtores de cogumelos. Este Laboratório atua na área da sustentabilidade dos ecossistemas e sistemas agroalimentares no contexto mediterrânico, tendo como principais áreas de intervenção a eficiência na utilização dos recursos, a competitividade da agricultura e da floresta e a sustentabilidade do sistema alimentar. Os trabalhos realizados no Laboratório abrangem desde estudos de



Diversidade, Conservação e Gestão dos Recursos Micológicos até à Síntese Micorrízica entre plantas e fungos visando quer a produção de cogumelos comestíveis, quer a recuperação de áreas degradadas.

Responsável: Celeste Santos e Silva (css@uevora.pt ou mico@uevora.pt) <https://www.icaam.uevora.pt/infraestruturas/laboratorios-MED/Laboratorio-Macromicologia>

Vem conhecer os cogumelos, uma riqueza do Alentejo: <http://www.cogumelo.uevora.pt> || <https://www.facebook.com/macromicologia>